

JUDICIÁRIO

“Temos o sonho da igualdade”

Primeira mulher a assumir presidência do STM, Maria Elizabeth pede mais indicações de mulheres na política e no Judiciário

» LUANA PATRIOLINO
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

“Sou feminista e me orgulho de ser mulher.” Foi com essas palavras que a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha iniciou, ontem, seu discurso de posse como nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM). Ela exaltou a força feminina e enfatizou que o país tem um longo caminho a percorrer em busca da igualdade de gênero, especialmente em espaços de poder.

A posse de **Maria Elizabeth** entrou para a história pelo fato de a ministra ser a primeira mulher nomeada à presidência em 217 anos de funcionamento da instituição. “Nós, mulheres, temos um sonho: o sonho da igualdade. A Carta de 1988 nos emancipou graças a um renhido e diminuto grupo de parlamentares eleitas para o Congresso Nacional em 1986, que colaboraram para que as garantias femininas fossem fundamentadas. Resta-nos, agora, ressignificar nosso papel nas estruturas societárias”, completou.

O STM é composto por 15 ministros, sendo cinco civis e 10 militares. As cadeiras estão distribuídas entre quatro vagas destinadas ao Exército, três à Marinha e três à Aeronáutica. Maria Elizabeth faz parte da instituição desde 2007, quando foi indicada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma das três cadeiras previstas para a advocacia.

A nova presidente e o ministro Francisco Joseli Parente Camelo integrarão a presidência da Corte no biênio 2025-2027. Ela lamentou que o Brasil é considerado um dos mais desiguais do mundo, segundo o Índice Global de Disparidade de Gênero de 2024. “Isso reflete as mazelas de um Estado que ainda se esbate contra discriminações e preconceitos, herdados de uma estrutura patrimonialista-patriarcal”, ressaltou.

Pilares

Para a nova presidente do STM, o feminismo contemporâneo “desafia as velhas estruturas dogmáticas e faz prevalecer as experiências múltiplas e interseccionais do gênero feminino”. Ela afirmou que orientará seu trabalho com base em três pilares: “Transparência, reconhecimento identitário e defesa do Estado Democrático de Direito”.

Maria Elizabeth disse que pretende adotar políticas que incentivem a ampliação de mulheres nos espaços de poder, e se dirigiu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presente à solenidade. “A magistratura feminina o aplaude e permanece esperançosa de que as mulheres continuem sendo indicadas não apenas para o Poder Judiciário, mas para todos os espaços de participação política e jurídica”, disse.

Ela ressaltou que há um longo caminho até a igualdade no país. “Conviver em uma sociedade na qual sejam superadas todas as formas de discriminação e opressão é um ideal civilizatório de convivência entre humanos, que reconhece talentos sem estereotipá-los com preconcebidas concepções sobre as representações de cada qual na comunidade política”, apontou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Maria Elizabeth foi indicada à Corte militar pelo presidente Lula em 2007 e é, até hoje, a única ministra mulher na história do tribunal

Domínio

Desde que foi criado, em 1808, o STM teve 345 integrantes homens, além de Maria Elizabeth Rocha — que substituiu o ministro Francisco Joseli Parente Camelo, que será seu vice-presidente no biênio 2025-2027.



Conviver em uma sociedade na qual sejam superadas todas as formas de discriminação e opressão é um ideal civilizatório de convivência entre humanos”

“A magistratura feminina o aplaude (a Lula) e permanece esperançosa de que as mulheres continuem sendo indicadas não apenas para o Poder Judiciário, mas para todos os espaços de participação política e jurídica”

Maria Elizabeth Rocha, nova presidente do STM

Minervino Jr/CB/D.A.Press



A solenidade de posse ocorreu na recém-reinaugurada Sala Martins Pena, no Teatro Nacional

Perfil

A nova presidente do STM, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, 65 anos, é natural de Belo Horizonte. Bacharelou-se em direito em 1982, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e exerceu o cargo de procuradora federal, sendo

aprovada em concurso em 1985. Também é doutora em direito constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela atuou como assessora jurídica da Fundação Nacional Pró-Memória (1988-1989), do Ministério da Cultura (1989-

1990), do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (1991-1993), da Câmara dos Deputados (1993-1996 e 2002), do Tribunal Superior Eleitoral (1996-1999), além de subchefeia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2003-2007).

Saiba mais

Maria Elizabeth Rocha, nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM), está na Corte desde 2007 e foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre junho de 2014 e março de 2015, assumiu a presidência do STM para um mandato tampão, após a aposentadoria do ministro Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, de quem foi vice. O fato de a ministra ter assumido a presidência

provocou resistências no STM contra sua eleição, realizada em dezembro de 2024. Ela foi eleita com a diferença de apenas um voto no tribunal de 15 ministros — 10 oficiais gerais do último posto das Forças Armadas e cinco civis. O mais comum é que as votações para presidentes de tribunais sejam uma formalidade, na qual é escolhido o magistrado mais antigo que ainda não ocupou o posto.

No início do mês, ela fez declarações públicas de que gostaria de ver mais uma mulher compoendo a Corte. No último sábado, Dia Internacional da Mulher, o presidente Lula indicou a advogada Verônica Abdalla Serman para o lugar de José Coêlho Ferreira, que se aposentará em abril. Verônica pode se tornar a segunda ministra da história do STM caso tenha o nome aprovado pelo Senado.

Foco na diversidade

Enquanto as solenidades de posse ocorrem tradicionalmente na área aberta em frente ao prédio do Superior Tribunal Militar (STM), com toldos montados para a ocasião, a ministra Maria Elizabeth Rocha decidiu realizar sua cerimônia na recém-reinaugurada Sala Martins Pena, no Teatro Nacional.

A programação de posse incluiu a apresentação de artistas que reforçam o prestígio à diversidade que o mandato da nova presidente focará. Um dos destaques foi a soprano brasileira Aida Kellen, que entou o Hino Nacional. O hino também foi cantado em língua Tikuna, por Djuena Tikuna, cantora indígena brasileira nascida no Alto Solimões.

Na cerimônia, Maria Elizabeth mencionou a importância de exaltar a representatividade dos povos tradicionais e explicou o motivo da escolha. “A imersão no sentimento de brasilidade e pertencimento foi-lhes descorinado pelos militares, resultado da missão sublime de irmanar todos os brasileiros, que transcendem a defesa da Pátria”, frisou. “São eles que levam aos rincões deste território continental a presença e o apoio do Estado, propiciando a plenitude da nacionalidade.”

No evento, o ministro do STM Francisco Joseli Parente Camelo destacou a importância de uma mulher assumir o cargo na Corte. “Gostaria de ressaltar a importância desse evento, lembrando que a Justiça Militar da União, pela primeira vez em sua história de mais de 200 anos de existência, tem uma mulher presidente eleita para o mandato de dois anos”, afirmou.

“Isso é extremamente significativo tanto para a Justiça Militar da União, tanto para o Judiciário quanto para todo o Brasil. Para mim, é uma honra muito grande transmitir o cargo de presidente do STM para a ministra Elizabeth, que há 18 anos atua como ministra desta Corte”, declarou o magistrado.

Estiveram presentes à cerimônia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o vice-presidente Geraldo Alckmin; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso; o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP); e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Também participaram a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja; a vice-primeira-dama Lu Alckmin; o ex-presidente José Sarney; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, além de parlamentares, integrantes da Suprema Corte, do STJ, do STM, conselheiros do CNJ e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A nova ministra destacou que um dos objetivos centrais de seu mandato é aprovar no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que autorize a Corte Militar como integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Outra bandeira de Maria Elizabeth é a diversidade e a maior inclusão das mulheres em espaços de poder. (LP e MBG*)



Eu identifico alguns (crimes militares de Bolsonaro), mas não cabe a mim identificar. Esse é o papel do Ministério Público Militar”

Maria Elizabeth Rocha

Ministra diz identificar crimes militares de Bolsonaro

A nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, disse, ontem, que identifica crimes militares na conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é capitão reformado do Exército e foi denunciado no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

“Eu identifico alguns (crimes militares de Bolsonaro), mas não cabe a mim identificar. Esse é o

papel do Ministério Público Militar. Ele é o autor da ação penal e o detentor da denúncia. Se ele ainda não se pronunciou, seria um prejulgamento da minha parte mencionar qualquer um deles”, afirmou, em entrevista após tomar posse do cargo.

A declaração da presidente do STM pressiona os procuradores militares, que até o momento não apuram crimes relacionados a patente de capitão reformado

de Bolsonaro e preferiram aguardar os desdobramentos de uma eventual ação penal a ser instaurada no STF.

Embora tenha evitado tipificar eventuais crimes militares cometidos por Bolsonaro, a presidente do STM mencionou como exemplo a possibilidade de ele vir a ser julgado por incitação de tropas a um golpe de Estado.

A declaração foi feita enquanto a magistrada ilustrava eventuais

hipóteses que poderiam levar o ex-presidente ao banco dos réus também na Justiça Militar. “Tudo vai depender de como será feita a apuração penal no Supremo Tribunal Federal e qual será a decisão dos ministros da Primeira Turma e, posteriormente, do plenário.”

No discurso de posse, Maria Elizabeth evitou falar dos atos do 8 de Janeiro ou do envolvimento de setores das Forças Armadas com a tentativa de

golpe, conforme inquérito que tramita no STF.

Após o encerramento da solenidade, ela justificou que escolheu deixar os assuntos de lado para priorizar a pauta feminista e enfatizar o fato de ser a primeira mulher presidente da história do Superior Tribunal Militar. Em entrevistas anteriores, no entanto, ela já defendeu que os militares não devem se envolver com política.